



## MEMÓRIAS SUBALTERNAS LATINAS: ensaio biográfico

Edgar Cézar Nolasco<sup>1</sup>

Vejo o tempo passar, década por década, sinto o avanço, inexorável, do envelhecimento, as falhas da mente cansada e gasta, mas não se me apaga da memória essa paisagem crioula, que ficou engastada em meus olhos e no coração. (SEREJO. *Balaio de bugre*. p. 28)

A catequização dos Boróros  
[...] Mais tarde, quando os pacificadores vieram  
com gestos bons e atitudes generosas  
os boróros, ainda inquietos e desconfiados,  
por intermedio da Rosa,  
- índia bonita que ficou na História,  
aceitaram o tratado de paz.

Foi assim que os boróros, aqueles índios  
que ainda choram as selvas da minha terra  
perderam-se nos rigores da Civilização!

(MATOS. *Areôtorare*, p. 73)

Nasci na fronteira-Sul, do antigo Mato Grosso, mas precisamente na parte da fronteira seca que faz fronteira com Pedro Juan Caballero (PY), por onde um dia passaram carretas e mais carretas de boi abarrotadas de raído, rumo ao país vizinho Argentina, e por onde continua passando, desde sempre e cada vez mais, contrabando de toda espécie: desde trabalhadores desempregados, para prestarem mão de obra escrava nos grandes centros do país, como São Paulo, além de todo tipo de droga e armas, até bugigangas e quinquilharias que são negociadas a 1,99

---

<sup>1</sup> Edgar Cézar Nolasco é professor da UFMS e Coordenador do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Culturais Comparados – NECC – UFMS e Pesquisador-visitante no PACC-UFRJ.

no mercado clandestino que se alastrou por todas as esquinas das capitais brasileiras, fazendo a diferença do mercado interno bruto.

Cresci nesse lócus geostórico *fronterizo* por excelência, lugar onde o sol se põe por sobre a fronteira, denominada de seca e sem lei, e onde o poder do 38 e do 44 geralmente sinaliza quem manda e quem obedece. Se, por um lado, a fronteira é considerada como terra de ninguém, sem lei, por outro, ela também serve de limites territoriais dos latifúndios do lugar, além de sustentar uma guerra silenciosa entre brasiguaios e sem terra pela posse da terra. Emblematicamente, a fronteira, de modo simbiótico, representa a condição de vida de todos os sujeitos que nela vivem, assim como as línguas e as produções artístico-culturais dos sujeitos envolvidos. No meu caso, àquela época, eu era um menino-fronteira, mas eu não podia saber. A fronteira fazia parte de meu imaginário como a um arquivo que não sofre de seu próprio mal (Derrida). Depois, quando tive que articular meu pensamento de modo sistematizado, entendi que meu reconhecimento do lócus de onde eu erigia minha reflexão era a condição (intelectual) que me sobrava, quer eu pensasse da Sorbonne, ou de uma escolinha primária dos arrabaldes de Dourados, assim como não era menos importante que eu tomasse a fronteira (qualquer fronteira, apesar de aqui estar voltado para a minha) como geopolítica e epistemológica. Enfim, quando falo de fronteira aqui, falo de um modo epistemológico *fronterizo* (MIGNOLO) de pensar a partir dos *restos* (lugares outros) do mundo ocidental. Posiciono-me e penso da fronteira, não dos centros globalizados das cidades e do mundo, essa é a condição de minha herança familiar, histórica e cultural. Se a palavra “ocidente” etimologicamente e culturalmente significa “o lugar onde se põe o sol” (*Teorias sin disciplina*), então o lugar *fronterizo* no qual me situo só autentica minha condição de viver na borda do fora (do mundo ocidental). A condição de sujeito-fronteira permite a ele reconhecer pelo menos duas experiências de vivências: a de “viver-entre-línguas” (Anzaldúa, Mignolo) e a de viver-entre-fronteiras. Na primeira, o sujeito *fronterizo* fala, ouve, ou escuta o trânsito contínuo dos dialetos e das línguas, como o portunhol e o guarani, além de línguas indígenas que são pronunciadas de dentro das situações de subalternidades locais. Na segunda, o sujeito atravessado pela situação vê, percebe, sente pelo olhar, pelo paladar, a condição de *estranho* do outro, do andariego da fronteira. Tais traços de homem-fronteira encontram-se na convivialidade, na hospitalidade, no jeito esquisito de o outro abordar as coisas e as pessoas do lugar aonde chega. Demorei muito para *des-aprender* (Mignolo) isso, mas eu já sentia desde tempos imemoriais. A diferença colonial do homem

que vive na fronteira é que ele sente a fronteira no próprio corpo. De modo que ela está incrustada em seu corpo, em sua língua, em seu pensamento, em seu modo de produzir conhecimento. É a soma de tudo isso que vai resultar em uma epistemologia específica dos lugares subalternos. Com base num lócus geoistórico específico, mesmo que nosso olhar oscile entre um lado e outro da fronteira-Sul, e muitas vezes se pegue mirando por cima dela, tentando alcançar a luz oscilante do crepúsculo, ou o último céu dos pássaros do poeta, é em busca e a partir de uma epistemologia de natureza *fronteriza* que ancore toda minha leitura.

Passei toda minha infância entre o campo e a cidade. Entre esse ir e vir do atravessamento da fronteira, que reúne na dispersão, ouvia histórias locais que povoariam minha memória para sempre. Entreveros e mais entreveros em torno da disputa por terras tinham seu desfecho fatal do outro lado sombrio da fronteira. Histórias de forasteiros e foragidos, que, a seu modo, lembravam as histórias de Martin Fierro e Silvino Jacques, atravessavam a fronteira para o lado de cá e, aqui chegando, tinham ou um desfecho trágico, ou caíam no deboche dos sertanejos, vaqueiros, pantaneiros que, a seu modo, tornavam as histórias migrantes intermináveis como as histórias das mil e uma noites. Taperas abandonadas, por conta de disputas por terras ou meras perseguições de famílias valentes, eram, da noite para o dia, invadidas por foragidos da lei, que chegavam quase sempre na calada da noite, ou invasores de toda espécie. Carretas de boi eram abandonadas nas sedes das fazendas, ou no meio do campo mesmo, metaforizando uma história familiar em ruínas, cheiro de abandono e morte. A tradição e a sua carcaça de lei. Era comum avistar um homem vindo de longe pela beirada das estradas de bicicleta. Com certeza era um paraguaio trazendo nas costas a sua maior arma, a viola. Mais tarde fui encontrar a reprodução daquela imagem tão familiar retratada no conto *Saga Puytã*, de Rosa. Aliás, o lugarejo denominado de Sanga Puytã, e que por ali passara um dia um dos maiores escritores da alma brasileira, era o lugar por onde eu passei por toda minha infância e que me dava acesso ao estrangeiro. Para o homem da fronteira, o estranho é sempre o que há de mais familiar, o outro lado. Também as cruces fincadas nas beiras das estradas, os campos santos abandonados no meio das plantações dos latifundiários do lugar, se, por um lado, faziam com que o corpo sobrevivesse à própria morte, por outro, encarregavam-se de lembrar que há histórias e mais histórias que podem ser exumadas no presente. Memórias exumadas poderia ser outro título para este trabalho.

Essas paisagens do lugar por mim vividas, e que, de alguma forma, hospedaram-me e foram hospedadas por mim enquanto sujeito do lugar, sinalizam traços de memórias esquecidas da zona de fronteira que demandam uma exumação delas por meio de uma perspectiva crítica subalterna ancorada nos postulados de uma abordagem pós-ocidental (Mignolo). Tais paisagens *fronterizas* são relevantes em minha discussão porque quero entender que elas, a seu modo, lembram histórias locais e memórias locais subalternas que caíram no esquecimento por conta ou de memórias estatais ou de memórias itinerantes vindas dos grandes centros, ou até devido à importação de teorias e críticas sobre memória que quase sempre, para não dizer sempre, não levou em consideração as especificidades geostóricas e geopolíticas das memórias subalternas. Aliás, não é demais lembrar que lugares *fronterizos* também produzem memórias outras e cuja epistemologia *fronteriza* para compreendê-las advém de seu próprio lócus *ex-cêntrico*. Avançando minha discussão, reconheço que memórias cristalizadas nos centros hegemônicos do saber migraram para o Sul, por meio das repetições acríticas dos discursos acadêmico e disciplinar, *encobrimdo* as histórias e memórias dos lugares periféricos. Essas memórias, além de não trazerem a marca da condição de fronteira inscrita em seus corpos, chegando à fronteira não fizeram outra coisa senão tomar as histórias e memórias periféricas como meros objetos, ao invés de tomá-las como produtoras de saber e de histórias vividas. Ao agirem assim, essas memórias vindas dos centros hospedaram-se em casa alheia, fazendo dela sua casa, e, ao ignorarem as histórias (memórias) das memórias anfitriãs, acabaram tão somente por reforçar sua própria memória totalizante e sumariamente excludente. Na fronteira pode haver hospitalidade forçada, mas não há transculturação memorialística de mão única.

68

A fronteira-Sul, enquanto um arquivo vivo e aberto, vela paisagens subalternas e biográficas do lugar, como as mencionadas acima, que precisam ser exumadas pela crítica biográfica pós-colonial latina. Todavia, tais símbolos resultantes na paisagem subalterna não devem ser tomados como “imagens *nacionais* espectrais”<sup>2</sup> de uma cultura moderna do nacionalismo, como a estudada por Anderson em *Comunidades imaginadas*. Imagens espectrais, sim, mas antes de serem representantes do coro dos contentes do nacionalismo e do moderno, esses símbolos paisagísticos do lugar de fronteira devem compor o quadro das

---

<sup>2</sup> ANDERSON. *Comunidades imaginadas*, p. 35.

sensibilidades e das biografias do lugar de onde se encontram. Anderson em parte tem razão quando afirma que uma nação é *limitada* quando, por mais que *agregue um bilhão de habitantes*, “possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações”. Não tem razão apenas quando, embasado na cultura do moderno (nacionalismo), deixa de fora de sua leitura que, assim como existem outras nações, também existem outras epistemologias críticas para lê-las. Se o “imaginário moderno” se importava com “a morte e a imortalidade”, a ponto de o autor de *Comunidades imaginadas* propor “uma avaliação das raízes culturais do nacionalismo pela morte”<sup>3</sup>, o imaginário das paisagens subalternas volta-se para uma “anamnese autobiográfica” (Derrida) dos lugares e dos símbolos desses lugares, com suas sensibilidades biográficas e memórias geoistóricas. Restam dos símbolos e das memórias subalternas apenas “belas impressões” como “memórias da morte” (Derrida) por vir. Enquanto o imaginário moderno mantinha estreita relação com o imaginário religioso, talvez como forma de preservar a ausência do morto como presença e, assim, cultuar as histórias e as memórias, o imaginário subalterno, por sua vez, trabalha no sentido, primeiro, de exumar as memórias menores soterradas e esquecidas em prol de uma grande memória nacional, para depois, num momento *a posteriori*, destruir toda e qualquer memória possível de ser arquivada (Derrida). As memórias subalternas sofrem de um mal de arquivo radical. Elas trabalham no sentido de apagar qualquer traço, qualquer símbolo, que teima em resistir ao tempo e representá-las ao outro.

Voltando ao autor de *Comunidades imaginadas* mais uma vez, ao invés de pensar em “a biografia das nações”<sup>4</sup>, quero pensar em a *biografia das memórias subalternas*. Todas as histórias locais e todas as sensibilidades biográficas vividas pela consciência das memórias subalternas, se, por um lado, trabalham em prol de uma amnésia específica para sobreviverem às imposições de uma memória moderna impositiva, por outro lado, cultuam uma sobrevivência manifesta, mas reprimida em seu lócus geoistórico cultural específico que, a qualquer momento, faz irromper outras vidas, outras memórias, outras narrativas particulares. Com isso, estou dizendo que as narrativas não nascem apenas dos esquecimentos arquivados na consciência subalterna, como também das memórias outras enterradas vivas. Sempre-vivas, sempre-mortas, as memórias subalternas exumam

---

<sup>3</sup> ANDERSON. *Comunidades imaginadas*, p. 36.

<sup>4</sup> ANDERSON. *A biografia das nações*, p. 278-280.

sua *sobrevida* (Derrida). Apesar de não dependerem das memórias modernas, já que estas não as salvariam de sua condição, as memórias subalternas vivem em estado de *infans* permanente, até o momento em que uma perspectiva subalterna as reinsira na discussão histórica do presente por meio de uma epistemologia outra. É por isso que as histórias locais, bem como a identidade possível das memórias subalternas, só podem ser narradas/inventadas da perspectiva de uma epistemologia outra e nunca da epistemologia moderna. Por falar em identidade possível das memórias subalternas, não tem como não se reportar à discussão de Mignolo acerca da “identidade em política”, como oposição a “política de identidade”. Para ele, “as identidades construídas pelos discursos europeus modernos eram raciais (isto é, a matriz racial colonial) e patriarcais. [...] A identidade *em* política, em suma, é a única maneira de pensar descolonialmente (o que significa pensar politicamente em termos e projetos de descolonização). Todas as outras formas de pensar (ou seja, que interferem com a organização do conhecimento e da compreensão) e de agir politicamente, ou seja, formas que não são descoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial de identidades.”<sup>5</sup> Mais do que servir para pensar a identidade das memórias subalternas, a afirmação do autor em torno da identidade em política serve para pensar descolonialmente as memórias subalternas, isto é, por fora de toda e qualquer visada colonial, imperial e moderna. Aliás, talvez não seja demais lembrar que as reminiscências, as impressões e as sensibilidades das memórias subalternas latinas não encontram sequer ressonância nas origens das memórias eurocêntricas. Em se tratando de memórias subalternas, quer me parecer, uma vez mais, que a opção descolonial proposta por Mignolo ajuda-nos a entender a condição colonial na qual se encontram tais memórias quando tomadas pela perspectiva da epistemologia moderna. Se a opção descolonial é de ordem epistêmica como forma de, assim, se desvincular “dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação do conhecimento”<sup>6</sup>, entendo que as memórias subalternas afastam-se definitivamente do campo das memórias modernas por não exercitarem a prática epistemológica da acumulação de saberes histórico-memorialísticos. Nessa direção, também quero entender que, enquanto as memórias modernas ocidentais ficaram presas à acumulação, conservação e

---

<sup>5</sup> MIGNOLO. Desobediência epistêmica, p. 289-290.

<sup>6</sup> MIGNOLO. Desobediência epistêmica, p. 290.

capitalização de memórias nacionais, como as grandes narrativas literárias modernas a la Proust (em busca de um tempo perdido, homogêneo e vazio), as memórias subalternas, por sua vez, voltaram-se para a geopolítica de um conhecimento outro, esmerando-se para *aprender a desaprender* as memórias coloniais que aportaram nos trópicos latinos. Logo, memórias subalternas, ou descoloniais, significam também um fazer descolonial que toma a memória como uma prática que se erige da vida, da condição, das línguas e das histórias dos sujeitos que se encontram numa exterioridade (da modernidade ocidental) latina. Com base ainda no que diz Mignolo, mas tomando como exemplo o lócus de onde penso, trabalho e escrevo, a memória descolonial *sobrevive* nas vidas, mentes e corpos dos indígenas da fronteira-Sul, dos brasiguaios, bolivianos, paraguaios, sul-mato-grossenses da fronteira sem lei. De acordo com Mignolo, “as memórias gravadas em seus corpos por gerações e a marginalização sócio-política a qual foram sujeitos por instituições imperiais diretas [...] alimentaram uma mudança na geo-e na política de Estado de conhecimento.”<sup>7</sup> Nesse sentido a fronteira-Sul e o homem-fronteira, que nela *sobrevive*, anarquizam histórias e memórias que ainda não foram abalizadas pelo saber proveniente dos discursos acadêmico e disciplinar. (Em sucinto parêntese, já que mencionei Proust, o grande escritor moderno, quero dizer que não é mera coincidência o fato de eu também ter revivido um pedaço de minha infância, passada na fronteira, por meio de uma experiência que a seu modo convocou o passado. Claro que o que ativaram minhas reminiscências, aqui nessa banda dos trópicos, não foram nem as madalenas nem o chá “inglês”. Trata-se da sopa paraguaia, um bolo típico da fronteira, e um chá da região feito a base de erva-mate e açúcar queimadas. Confesso que não busquei essa parte de meu passado. Mas, dia desses, estando eu envolto ao assunto da memória e do tempo, uma vez que a consciência de que “o tempo passa” e “as vezes a vida volta” ofusca os nossos desejos, de repente senti aquele cheiro e aquele gosto que me reportavam a um período específico de minha vida passada na casa de campo da fronteira-Sul. Aquela sensação de prazer, misturada à alegria, veio e passou. Quase sempre ela volta. Às vezes com mais intensidade, outras vezes com bem menos. Mas ela está guardada em mim, sei disso. Meu espírito guarda uma verdade que não é da ordem da razão. “Espírito é o que enfim resulta/ De corpo, alma, feitos: cantar”, na voz de Gal e letra de

---

<sup>7</sup> MIGNOLO. Desobediência epistêmica, p. 291.

Caetano.) As memórias subalternas não nascem, nem morrem; elas *sobrevivem*. Daí elas se encontrarem numa condição de des-conhecimento permanente no presente futuro. É a tarja imperial, a campa moderna, que precisam ser retiradas de cima do corpo enterrado vivo para que as memórias sejam des-encobertas, revelando ao outro suas histórias locais esquecidas.

Diferentemente do que postula o autor de *Comunidades imaginadas*, quando afirma que o que ocorre com as pessoas modernas ocorre também com as nações, apesar de haver uma diferença central entre as narrativas pessoais e as nacionais, especificamente porque enquanto para as pessoas a história tem um começo e um fim, para as narrativas nacionais não há uma data de nascimento, penso que, quando se trata de memórias e sujeitos subalternos, as histórias locais e as narrativas, além de terem um *começo* dentro do sistema colonial moderno, *suplementam-se* por meio das sensibilidades dos locais geostóricos e das especificidades culturais dos sujeitos envolvidos na condição de subalternidade. A origem das memórias subalternas latinas remonta ao século XVI. Resgatá-las, atribuir a elas um sentido e puxar o fio desvelador de suas histórias locais é correlato a desbaratar o discurso hegemônico e castrador do sistema colonial moderno que imperou no ocidente e fora dele.

72

Para exumar as memórias subalternas é preciso abrir o arquivo do período colonial moderno. Daí a importância de voltar ao *começo*. Na verdade, começos, pois se a origem das memórias subalternas dá-se com a estruturação do sistema colonial moderno, a palavra arquivo, por sua vez, traz desde sua origem grega (“Arkê”) a ideia de começo. Segundo Derrida, em *Mal de arquivo*, a palavra arquivo *designa ao mesmo tempo o começo e o comando, ali onde as coisas começam* (Derrida). Se, por um lado, a memória colonial comandava as demais memórias, vindo, inclusive, a hospedar-se em casa-arquivo das anfitriãs com o único objetivo de angariar mais poder em torno de sua história moderna da memória, consignando (*in-corporando*) aparentemente as memórias e histórias subalternas em um grande e único *corpus*, por outro, as memórias subalternas, enquanto sofredoras de um mal de arquivo e de falta de memória radical, propuseram-se a tarefa de destruir toda e qualquer ideia de arquivo. Se o arquivo não está para a memória nem para a *anamnese*, como postula Derrida, então se pode perguntar se o arquivo das memórias subalternas “tem lugar em lugar da falta originária e estrutural da chamada memória”? Também me parece que não, já que as memórias subalternas *sobrevivem* dentro de um arquivo também ignorado pelas memórias vindas de fora. As memórias vindas dos grandes centros, do

ocidente, modernas por excelência, consignam e amalgamam as memórias menores em seu arquivo, exercendo, assim, compulsão à repetição por meio de sua pulsão de morte que não faz outra coisa senão destruir as memórias anfitriãs. Destruir aqui é correlato a um arquivamento sem precedente na história do ocidente, uma vez que tal arquivamento leva a um esquecimento letal das memórias subalternas. Uma epistemologia moderna, como a encontrada na leitura que sustenta a discussão proposta por Derrida em *Mal de arquivo*, assentada na história grega, simplesmente não atinge o arquivo que contempla as memórias latinas. Apenas uma epistemologia outra, que aprendeu a escutar o balbucio das memórias enterradas vivas e das histórias locais, por se erigir também de uma zona de fronteira, pode abrir o arquivo das memórias *mal* contadas pelo outro. Se as memórias subalternas, por um lado, não sofrem da falta de arquivo, sofrem, por outro, do mal de arquivo radical. Mais do que saber disso, compete ao estudioso dessas pós-memórias subalternas visar abrir o arquivo oprimido para que tais memórias saiam de seu letárgico esquecimento e ocupem seu lugar de direito na cultura do presente. Em situação tão desconfortável quanto ao arquivo que sofre de seu próprio mal, sobra ao intelectual tomado pelo mal (antes apenas historiador) “procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiva. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto.”<sup>8</sup> Dentro do arquivo das histórias oprimidas da fronteira, anarquivaram-se memórias subalternas dos indígenas, brasiguaios, andariegos, paraguaios e bolivianos, impressões de vida desses sujeitos da fronteira e suas sensibilidades biográficas. As memórias e as histórias desses sujeitos subalternos da fronteira com certeza não começaram com a abertura do *arkheion* grego, mas sem dúvida começaram com aquelas histórias e memórias locais (latinas) que foram sequestradas pelas histórias/memórias que sustentaram todo o sistema colonial moderno, pelo menos desde o século XVI. Afinal, se, como queria Said, “todas as famílias inventam seus pais e filhos, dão a cada um deles uma história, um caráter, um destino e até mesmo uma linguagem”<sup>9</sup>, então posso concluir que todas as famílias, todos os povos, todos os

---

<sup>8</sup> DERRIDA. *Mal de arquivo*, p. 118.

<sup>9</sup> SAID. *Fora do lugar*, p. 19.

lugares, todas as fronteiras, inventam suas memórias de vida, suas memórias de morte, suas memórias de *sobrevida*. As memórias da fronteira sobrevivem à sua própria condição. De seus restos, constroem um sentido possível para o que estou chamando de fronteira e de memórias e histórias subalternas.

#### A memória da fronteira

Quando o crepúsculo derramou sua cor avermelhada por sobre a fronteira-Sul, anunciando a chegada da escuridão profunda da noite atravessada por suas histórias e memórias locais construídas na borda do instável, houve um entrevero embaçado pela poeira do lugar que resultou em um facão e um violão depostos em cruz no meio do caminho que se bifurcava, além de um filete de sangue que escorria por fora dos limites do dentro e do fora.

“A Memória de Shakespeare” representa a tradição eurocêntrica herdada pela América Latina e, por conseguinte, autêntica a visada colonial que imperou nos trópicos. Como todo leitor da América Latina e do mundo do século XX, fui leitor contumaz de Jorge Luis Borges. Talvez tenha sido também devido a essa recepção não menos herdada que agora me volto para um *aprender a desaprender* (Mignolo) dessa tradição moderna colonial latina, tendo por ilustração da discussão o referido conto borgesiano. O *fazer descolonial* em torno de uma memória outra se justifica quando se percebe que a memória colonial hospedada no Sul simplesmente não contempla as memórias outras, como as ameríndias ou da fronteira, que continuam “arquivadas” nas mentes dos sujeitos subalternos.

74

A memória subalterna, assim como as histórias locais da fronteira-Sul, precisam ser tomadas, cada vez mais, como uma “produção do conhecimento teórico”, crítico e epistemológico. Como nasci na fronteira, logo nasci entre línguas (na família se ouvia falar em guarani com a mesma naturalidade com que o português.). Todo o conhecimento e, por conseguinte, meu arquivo memorial vêm do fato histórico de eu ter\estar nascido numa condição/língua de fronteira. Minha língua, como minha memória de fronteira, é *diversa*. Essa era a memória que tenho guardada quando lembro, por exemplo, dos rodeios acontecidos na sede de meu avô que, não por acaso, fora casado com uma figura de Corrientes. Entre segredos e cochichos familiares, eles se falavam em guarani. *Shakespeare não foi meu destino*. Antes, foram os *Contos crioulos* de Hélio Serejo, *Sarobá e Areôtorare* de Lobivar Matos e *Décima gaucha* do bandoleiro Silvino Jacques, além de *Lendas Indígenas* como as do Urutau e da Mani. Têm histórias acerca da Guerra do Paraguai, causos narrados em portunhol e em guarani. Também não posso negar os clássicos como os contos policiais de Borges e a História de

Martín Fierro. A diferença é que aquelas obras antes mencionadas jamais fizeram parte de qualquer cânone, ou melhor, sequer foram lidas dentro da Academia. (Todas aquelas obras que eram declinadas no grego e no latim eram exaustivamente cobradas, enquanto as voltadas para as culturas inca, maia e asteca foram sumariamente ignoradas. Fomos *ilustrados* sem conhecer o que sequer estava do outro lado da fronteira de nós mesmos.) Cheguei a elas só-depois também de a “Memória de Shakespeare” ter povoado minha *consciência*. Na América Latina, a “Memória de Shakespeare” não foi *oferecida* a nenhum latino; antes foi imposta pela missão civilizadora do colonizador. Os bárbaros herdaram a Memória alheia e não tiveram escolha senão torná-la própria, como forma de alcançar algum degrau no domínio do conhecimento ocidental. Diferentemente do que se lê no conto, a “Memória de Shakespeare” não encobre nenhuma metáfora: ela é a imposição total e absoluta de tudo que regeu o sistema colonial moderno no ocidente e fora dele, com relação à memória de fronteira.

Se Daniel Thorpe, aquele que tinha herdado a “Memória de Shakespeare”, tem, pelo menos no início, duas memórias, a sua e a do Shakespeare que parcialmente era, ou melhor, se duas memórias o possuíam, mesmo havendo uma zona em que elas se confundiam, o mesmo dá-se completamente diferente quando nos voltamos para o modo como a memória da tradição hospeda-se na fronteira. Neste caso, a memória anfitriã serve apenas para reforçar a universalidade da memória da tradição, uma vez que esta memória não põe em prática nem a hospitalidade nem a convivialidade (Mignolo). Sua viagem em direção aos trópicos não gera transculturação nem na memória itinerante, nem na memória que a recebe, uma vez que o que ocorre com tal gesto é a abertura de um arquivo ancestralmente aberto para a exterioridade, como forma de simplesmente ignorar as memórias subalternas e suas respectivas histórias locais. Somente quando se predispõe a olhar as memórias subalternas de seu próprio lócus geoistórico é que conceitos como os de hospitalidade e de transculturação, por exemplo, começam a fazer sentido dentro de uma perspectiva descolonizante.<sup>10</sup> Fronteira, nesse contexto, é a própria epistemologia, enquanto a opção descolonial é o fazer crítico capaz de barrar a visada moderna das memórias vindas de longe. Diferentemente também do que ocorre na mente do herdeiro da “Memória de Shakespeare”, em que há uma zona onde as memórias se confundem, o que separa, ou melhor, afasta

---

<sup>10</sup> Ver meu texto “A razão pós-subalterna da crítica latina”.

historicamente a memória da fronteira da memória da tradição moderna é que aquela, além de *sobreviver* a partir de seu lócus geoistórico e cultural, traz, desde sua gênese, a diferença colonial inscrita para sempre em seu corpo-arquivo.

O inglês Daniel Torpe, antes de passar a “Memória de Shakespeare” para o narrador do conto, logo enquanto possuidor dela, tinha escrito uma “biografia romanceada que mereceu o destaque da crítica e algum sucesso comercial nos Estados Unidos e nas colônias”. O sucesso mercadológico da biografia romanceada é fácil de ser compreendido: nos Estados Unidos, a língua inglesa não seria um problema, muito pelo contrário. Duas línguas hegemônicas e quase iguais se completam na cultura mercadológica e colonial. Já com relação às colônias, deve-se o reconhecimento do sucesso, talvez menos por conta das línguas que, com certeza, as colônias, por serem colônias, repetem a língua do colonizador, do que pelo fato de as colônias estarem condenadas a receber passivamente as produções culturais dos centros hegemônicos. Quero pensar aqui a colônia América Latina, para dizer o seguinte: enquanto a América Latina foi sendo preparada para receber e ler a biografia romanceada de Shakespeare, pensada em língua imperial, e, por extensão, do intelectual dos centros desenvolvidos como o especialista em Shakespeare Torpe, uma biografia romanceada da Tradição, a América Latina, por sua vez, não teve tempo nem preparo para produzir sua *própria* biografia. Talvez o gênero “biografia romanceada” seja o gênero certo para a América Latina escrever a sua *própria* biografia, que ainda se encontra faltante na biblioteca latina, mas desde que se volte para as suas memórias subalternas e rechace as memórias alheias que se acostumaram a hospedar nos trópicos, achando que ditariam as regras de um bom modelo memorialístico para todo o sempre. As memórias subalternas, como as ameríndias que já se encontravam por aqui, barram o costume tradicional das memórias hospedeiras encobrirem as memórias subalternas por acharem que elas, assim, teriam alguma sobrevivência à luz da memória da tradição. Não bastaram cem anos de solidão, nem muito tempo na escuridão do esquecimento, para que as memórias subalternas emergissem com luz própria, isto é, com uma epistemologia outra específica capaz de dar conta de suas especificidades voltadas para a lembrança e o esquecimento, as histórias locais e as fronteiras que, por estarem abertas para dentro e para fora ao mesmo tempo, trataram de fazer o sentido inverso quando o assunto é memórias latinas.

As produções culturais latinas não fizeram outra coisa senão escrever a biografia romanceada da América Latina, como se pode ver com o próprio Borges

e seu conto magistral “A memória de Shakespeare”. O problema que se constata é que, se, no plano da produção cultural, tal ajuste foi feito a contento, o mesmo demora um pouco mais para ser percebido pela crítica latina. Esta tem boa intenção e bastante esforço, mas demora muito para se desvencilhar de um modelo teórico-crítico sobre a Memória. As memórias itinerantes ainda têm poder de decisão quando se trata de exumar memórias latinas que ficaram enterradas na escuridão atribuída ao mundo bárbaro e selvagem pelo olhar imperial de fora. Talvez seja a hora de eu mesmo reconhecer e confessar que estou escrevendo a minha própria *biografia romanceada*. “Aceito a memória de Shakespeare”, disse o narrador alemão do conto, para pressentir em seguida que “a memória já entrou em sua consciência, mas é preciso descobri-la. Surgirá nos sonhos, na vigília, ao virar as folhas de um livro ou ao dobrar uma esquina. O senhor não se impaciente, não invente lembranças. O acaso pode favorecê-lo ou atrasá-lo, segundo seu misterioso modo. À medida que eu vá esquecendo, o senhor recordará”. Em protesto, eu não aceito a memória de Shakespeare, apesar de reconhecer que ela se infiltrou nas memórias latinas há muitos anos, pelo menos desde o século 19. Mas, apesar dessa constatação, mesmo muito antes, mais precisamente desde o século 16, as memórias latinas não mantiveram sua consciência subalterna invadida pela memória da tradição. E é exatamente por isso que elas são latinas, por terem uma *consciência* de base subalterna. A consciência de uma história outra dá às memórias latinas a oportunidade de se refundarem dentro da história global que grassa no mundo e, por conseguinte, a articulação de uma epistemologia específica para pensá-las desde dentro. A recepção latina, da qual faço parte, talvez por estar viciada ao que é da memória da tradição moderna, quer seja no estado de sonho ou de vigília, hospeda a memória alheia em sua condição, até mesmo quando vira as folhas de um livro como o de Borges que contém o conto “A memória de Borges”. A presença da memória da tradição é tão forte que, mais do que se deparar com ela ao dobrar uma esquina qualquer, mesmo quando se atravessa a fronteira-sul tem-se a sensação de que a memória do bardo inglês chegou até ali, nesse lugar inexistente no mapa da memória brilhante da tradição ocidental. Nesse caso em particular, a literatura latino-americana é a única culpada. Para o bem ou para o mal, ela não fez outra coisa senão hospedar e nos fazer buscar\lembrar o tempo perdido de uma memória que não fazia sentido algum nos trópicos. A literatura latina propiciou que se recordasse infinitamente a memória do centro na periferia, não deixando que se trabalhasse nos trópicos o exercício do esquecimento. Em contrapartida, as histórias latinas e suas

respectivas memórias subalternas, como as ameríndias, se predispuseram a sofrer de um mal de arquivo radical, propiciando, assim, que suas memórias enterradas vivas ressurgissem dentro de um futuro presente que se desenha no século 21.

Ainda tendo por base a consciência subalterna, quero advertir, na esteira da reflexão descolonial proposta por Mignolo, que as memórias subalternas latinas não podem ser construídas das *ruínas e memórias da civilização ocidental* moderna. Lembra-nos o crítico que uma civilização que *comemora e preza a vida* “difícilmente pode ser construída a partir das ruínas da civilização ocidental”. Nesse tocante, aliás, lembro, por extensão, que muito menos a crítica moderna assentada na reflexão eurocêntrica ou norte-americana daria conta de encampar as discussões específicas propostas pelas memórias subalternas latinas. A crítica moderna, detentora de uma memória universal e homogeneia, se, por um lado, pôs em prática sua estratégia cheia de boa promessa e intenção, reforçando, assim, seu caráter messiânico e até salvífico, por outro lado e ao mesmo tempo, ao levar às últimas consequências o exercício da “diferença” (Derrida) nos trópicos latinos, reforçou um binarismo às avessas não privilegiando, por conseguinte, as *relações diferenciais*, inclusive da ordem do discurso. Ilustra minha discussão, quando se percebe que a exaltação da cópia, em detrimento ao modelo nos trópicos, veio apenas para reforçar uma diferença da ordem do moderno que se sobrepunha nas discussões críticas acerca do próprio e do alheio, do desenvolvido e do subdesenvolvido, do modelo e da cópia. Mais uma vez, tinha-se aí a diferença da cópia latina alcançada por meio da prática da repetição que sempre imperou nos trópicos. Repetição crítica assentada na diferença *diferida*; logo bem feita demais, mas que, se, por um lado, levou à exaustão a prática da absorção e da transformação pela crítica brasileira (e latina), por outro lado, reforçava uma exclusão dos povos ameríndios, das histórias locais e das memórias subalternas que não eram contemplados pelos modelos itinerantes dos *modos de pensar* vindos dos grandes centros civilizados do mundo ocidental.

Ainda na direção da civilização que *comemora e preza a vida* e suas histórias e memórias subalternas, lembra-nos Mignolo que a opção descolonial concede à concepção da reprodução da vida que vem de *damnés* (Fanon), de *Os condenados da terra*, cujas vidas dos sujeitos subalternos *foram declaradas dispensáveis, cuja dignidade foi humilhada, cujos corpos foram usados como força de trabalho*. Adverte-nos Mignolo que “reprodução de vida aqui é um conceito que emerge dos afros escravizados e dos indígenas na formação de uma economia capitalista, e que se estende à reprodução da morte através da expansão

imperial do ocidente e do crescimento da economia capitalista” (MIGNOLO). Tal passagem é digna de um retrato da atual condição na qual se encontra o povo indígena no estado de Mato Grosso do Sul e sua luta histórica pela terra. O caso que acontece na fazenda Buriti, em Sidrolândia, mais uma vez vem ilustrar e exumar a história de um povo subalterno que, infelizmente, não tem memória devido ao apagamento radical que seu arquivo sofre por parte do abuso de poder que tal sujeito subalterno está condenado a padecer na região de fronteira-sul. *Reprodução de vida e reprodução de morte* aqui travam uma batalha pela *sobrevivência* e pelo direito à posse da terra. Na verdade, o que fica cada vez mais evidente é que não se pode nem falar em história indígena, posto que a construção de sua história e, por extensão, sua constituição identitária, passam pela posse da terra. O índio Elvis Terrena, acampado no campus da UFMS (6\6\2013), juntamente com cerca de 500 participantes da marcha de indígenas, trabalhadores rurais sem terra e quilombolas, disse ao repórter Luciano Nascimento da *Agência Brasil*: “viemos aqui para gritar o nome de Oziel que foi morto por culpa da demora na demarcação das terras indígenas. Aquela terra tem uma história. Ela é dos nossos antepassados e foi reconhecida pela FUNAI, só falta o governo homologar [isso”]. De acordo com ele ainda, “em todo o estado, 298 índios foram mortos, nos últimos anos em razão dos conflitos pela posse da terra” (*Agência Brasil*, 6\6\2013).<sup>11</sup> Essa discussão crítica de perspectiva descolonial, acerca de uma questão que acontece ao meu lado, alimenta a ideia e o imaginário crítico de *um mundo no qual muitos outros mundos podem co-existir*, como quer Mignolo. Parece não haver dúvida que a saída epistemológica para a nossa crítica de fronteira é a *desobediência epistêmica*, inclusive como forma de endossar o coro dos sujeitos (indígenas) condenados em sua própria casa, cuja saída parece ser a de lutar e pagar com a própria vida, e que acabam por nos ensinar a “aprender a desaprender” o estranho que habita o que há de mais familiar.

---

<sup>11</sup> “Os manifestantes aguardam [acampados na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul] o resultado da reunião de representantes dos índios terenas com os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho sobre a situação das terras indígenas em Sidrolândia (MS), onde ocorreu o conflito que resultou na [morte do índio Oziel Gabriel](#) e onde, na última terça-feira (4), o índio Josiel Gabriel Alves foi baleado durante tentativa de ocupação de uma fazenda da região.” (Luciano Nascimento, repórter de *Agência Brasil*, 6\6\2013)

A *reprodução da vida* de que fala Mignolo vem das longas memórias ameríndias, incluindo os povos maia, asteca e inca. Advém daí a força pela sobrevivência imposta pela nação indígena, acompanhada por todas as mudanças, inclusive na política, ocorridas na América Latina. É na re-articulação que a nação indígena, por exemplo, impõe que, nos dias atuais, sobretudo com relação ao discurso acadêmico moderno, uma epistemologia outra se faça presente como condição *sine qua non* para dar conta de contemplar tais mudanças de ordem social e política. É nesse sentido que a opção descolonial, proposta pelo crítico, “revela a identidade escondida sob a pretensão de teorias democráticas universais ao mesmo tempo em que constrói identidades racializadas que foram erigidas pela hegemonia das categorias de pensamento, histórias e experiências do ocidente (mais uma vez, fundamentos gregos e latinos de razão moderna/imperial)” (MIGNOLO, 2007, p.297). Teorias e críticas universais velam uma memória tutora na periferia que não faz outra coisa senão encobrir as memórias subalternas que gravitam em torno do discurso crítico moderno e hegemônico preponderante nos trópicos, sendo este reforçado constantemente por conta de uma epistemologia migrada dos grandes centros do país e do mundo. Entendo que somente por meio de uma epistemologia latina, que valoriza a reprodução da vida, autenticada por meio da consciência subalterna do sujeito, sua experiência e suas sensibilidades biográficas, é possível a rearticulação de uma discussão crítica que passe por fora dos postulados teóricos “memorialísticos” universais do ocidente, que não fez outra coisa senão armazenar um discurso e um saber hegemônicos considerados bons para o *resto do mundo*. Nesse tocante, não é demais lembrar que as Academias da periferia exerceram o papel, *grosso modo*, de um arquivo tutor responsável em consignar, armazenar e repassar a memória do saber migrada para a periferia com o único objetivo de ser autenticada e lembrada para sempre dentro da história do ocidente a custo do apagamento total e letal das memórias anfitriãs dos lugares periféricos. Questões acerca das memórias subalternas, sejam elas ameríndias ou não, só fazem sentido quando pensadas da perspectiva da opção descolonial, conforme a entende Mignolo. Já passou da hora de dar um basta ao discurso crítico atual que ainda pensa estar fazendo *justiça* ao sujeito subalterno quando traz sua discussão ainda assentada nos postulados estruturalistas, ou mesmo pós-estruturalistas franceses, que, *grosso modo*, não fizeram outra coisa senão olhar para o seu próprio umbigo. O problema aí reside porque tal crítica não pensou *a partir da* exterioridade; muito pelo contrário, pensou da interioridade para a interioridade, resultando, por conseguinte, num discurso da *ordem do*

*discurso, da história, da filosofia e da teoria literária* que reforçou uma colonização discursiva, teórica e crítica como um *modelo de análise* do objeto subalterno. É essa memória do saber moderno, reforçada ainda pelo discurso literário, como bem ilustra o conto “A memória de Shakespeare”, que deve ser rechaçada pelo pensamento descolonial que emerge dos lugares *ex-cêntricos*. Ainda na esteira da reflexão descolonial praticada pelo crítico argentino, entendo que o discurso hegemônico hospedado nos trópicos construiu uma exterioridade “discursiva”, mas tão somente para reforçar e assegurar sua interioridade. Talvez seja hora de dizer que enquanto se puser em prática a velha prática teórico-discursiva de se tomar o “outro” como *objeto* se estará tão somente repetindo a lição hegemônica e castradora que serviu tão bem para os centros eurocêtricos e norte-americanos do saber se autenticarem como a cabeça pensante (Norte).

Ilustrada a discussão que vinha fazendo com uma questão ameríndia que simplesmente não foi contemplada pela memória da tradição moderna nos trópicos latinos, volto ao conto “A memória de Shakespeare”. Continua o narrador do conto e herdeiro incontestado da memória alheia a pontuar o valor, ou valores, da referida memória, bem como sua alegria e satisfação por tê-la herdada: “De Quincey afirma que o cérebro do homem é um palimpsesto. Cada nova escrita encobre a escrita anterior e é encoberta pela seguinte, mas a todo-poderosa memória pode exumar qualquer impressão, por mais momentânea que tenha sido, se lhe derem o suficiente estímulo”. Antes de qualquer coisa, quero reiterar que não me espanta o modo como o narrador alemão recebe e absorve a memória eurocêntrica; nem mesmo quando se trata de um escritor cosmopolita como Borges, apesar de ser latino. Por outro lado, quando nos voltamos para uma leitura crítica que privilegia a fundação de uma memória subalterna latina, cuja fundação passa por sua interioridade histórica e cultural, vejo esboçar-se aí toda a diferença no diálogo entre a memória moderna da tradição (Shakespeare) e a memórias dos lugares periféricos, como a América Latina. Quero concordar com o escritor inglês helenista, de que o cérebro humano é um palimpsesto e de que logo toda memória (e escrita) *encobre a anterior e é encoberta pela seguinte*. Mas quero entender também que tal processo não é tão simples, como se poderia pensar. A prática de fazer encobrir, numa visada freudiana, pode significar tentar fazer desaparecer da consciência algo insuportável e doloroso que está na origem do sintoma (da realização de um desejo). Pensando nos lugares periféricos, entendo que, por conta da colonização imperial do pensamento moderno, as memórias subalternas foram encobertas pelas modernas, isto é, não tiveram representação na

cultura. E apesar de tal prática ter sido levada a exaustão pela crítica moderna, vê-se, num crescendo, que tais memórias subalternas resistiram a esse apagamento moderno contínuo que não fez outra coisa senão *raspar* os “restos” encontrados na cultura periférica como forma de autenticar-se enquanto moderno e ocidental. *Se toda anedota* (como parece ter afirmado Freud), *no fundo, encobre uma verdade*, então podemos constatar hoje que a anedota do pensamento moderno ocidental de apagar modernamente as demais memórias *ex-cêntricas* tornou-se a própria anedota, já que estas memórias ressurgem por meio de uma prática pós-ocidental e reescrevem sua própria história\memória. Ilustra a discussão que proponho uma passagem da socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (1993): “A restauração da ordem cósmica (que é rejeitada na perspectiva de uma concepção progressista do tempo histórico, exceto quando tomada como ‘voltar atrás a roda do tempo’) poderia ser compreendida através do conceito de *nayrapacha*. *Nayrapacha* significa passado, mas não qualquer visão do passado. Significa especificamente ‘passado-come-futuro’, isto é, uma renovação do tempo-passado. Um passado especial que poderia mudar ou renovar o futuro, que poderia reverter a situação vivida. Não é essa a concepção e aspiração atualmente partilhada por muitos movimentos sociais indígenas em todo o mundo, que estão teorizando a importância da cultura de seus antepassados para e no mundo moderno?... Walter Benjamin, confrontando a realidade catastrófica do nazismo escreveu: ‘Nem mesmo os mortos estarão protegidos do inimigo se o inimigo vencer.’ *Essa concepção de história, uma história escondida, mas que sobrevive nas fissuras do mundo ocidental*, poderia iluminar também o entendimento de *pacha*. Assim seria possível atravessar a brecha linguística que continua a confundir a ação histórica e a interpretação das rebeliões indígenas, no passado como no presente”(Apud MIGNOLO, 2003, p. 240). O estudo crítico das memórias outras, da perspectiva da subalternidade, permite reverter a situação vivida dos sujeitos subalternos e, por conseguinte, seu lugar dentro da discussão crítica contemporânea. Permite, por conseguinte, teorizar a importância da cultura, das memórias e das sensibilidades dos sujeitos subalternos para e no mundo moderno, revertendo, inclusive, seu posicionamento dentro desse projeto. Quero entender a *todo-poderosa memória capaz de exumar qualquer impressão, desde que lhe deem o suficiente estímulo*, como toda e qualquer memória que tenha uma história e um sujeito antepassados, e não apenas aquela memória da tradição proposta por Borges. Nessa concepção não há memória vencedora, mas memórias que *sobreviveram* como as subalternas dentro das fissuras e do esquecimento da

memória\história ocidental, preservando, assim, sua história escondida, silenciada, enterrada viva, mas não apagada. Nesse sentido, as memórias subalternas aprenderam a desaprender, ou seja, aprenderam a *desencobrir* o encoberto pela memória da tradição. Mais uma vez, vale a pena repetir: *Shakespeare não foi seu destino*. Os povos ameríndios da fronteira-latina não foram *protegidos* das análises dos discursos críticos que, ao pensarem que os entendiam em sua história assentada noutra concepção de passado, antes os arrolaram num discurso crítico moderno (eurocêntrico, estruturalista e pós-estruturalista por excelência) de uma perspectiva temporal ocidental e histórica que simplesmente enterrou viva a concepção de história, de discurso e de memória desse sujeito ameríndio que ainda *sobrevive*, em estado agônico perene, às margens do discurso castrador e hegemônico que se sobrepôs nos lugares latinos por meio da repetição acrítica que grassou nos discursos acadêmico e disciplinar nos trópicos latinos.

Como vimos na passagem anterior do conto de Borges, basta que lhe dê o “suficiente estímulo” para que a todo-poderosa memória possa exumar qualquer impressão. O que quero mostrar, com a sequência da passagem, é que de onde advém tal suficiente estímulo, para a memória moderna de Shakespeare, pode não ser do mesmo lugar quando se trata de memória subalterna. Mas vejamos a passagem: “A julgar por seu testamento [de Shakespeare], não havia um único livro, nem sequer a Bíblia, na casa de Shakespeare, mas ninguém ignora as obras que frequentou. Chaucer, Gower, Spenser, Christopher Marlowe, a Crônica de Holinshed, o Montaigne de Florio, o Plutarco do North. Eu possuía de maneira latente a memória de Shakespeare; a leitura, quer dizer, a releitura desses velhos volumes seria o estímulo que procurava”(p. 448), afirma o narrador e herdeiro da memória alheia. Foi essa tradição literária e memorialística que se cristalizou no pensamento cultural da América Latina, sem sombra de dúvida reforçada por obras modernas latinas, como a do velho escritor argentino, que não fizeram outra coisa senão reler e reescrever aquelas obras aqui nos trópicos. Todavia não podemos dizer que a memória subalterna latina demanda do mesmo “estímulo” para ser exumada em seu lócus geohistórico cultural. O estímulo dessa, com certeza, passa mais pelas histórias locais ameríndias, *fronterizas*, somadas às memórias dos povos inca, maia e asteca. Se há tal aproximação entre tais memórias, penso que a memória subalterna possui de maneira latente, isto é, política, a memória de Shakespeare, ao mesmo tempo em que tem uma consciência manifesta (cultural) de sua condição de subalternizada. Nesse jogo, interessa mais a história manifesta narrada pelo sujeito subalterno, já que sua

história latente encontra-se minada pela presença fantasmática da memória do colonizador. Ocorre aqui uma inversão de valores e de poderes entre sujeitos: a *verdadeira memória*, bem como a *verdadeira história*, incluindo aí seu discurso, só podem ser *vividoss* (narrados) pelo sujeito subalterno, uma vez que no plano da história latente a história desse sujeito já foi bem contada até demais, tornando-se, por conseguinte, uma verdade absoluta no pensamento ocidental.

Na sequência, volto a *reler* o conto “A memória de Shakespeare”: “A ninguém é dado abarcar em um único instante a plenitude de seu passado. Nem a Shakespeare, que eu saiba, nem a mim, que fui seu parcial herdeiro, ofereceram esse dom. A memória do homem não é uma soma; é uma desordem de possibilidades indefinidas. (...) Tal como a nossa, a memória de Shakespeare incluía zonas, grandes zonas de sombra repelidas voluntariamente por ele. Não sem algum escândalo lembrei que Bem Johnson fazia-lhe recitar hexâmetros latinos e gregos e que o ouvido, o incomparável ouvido de Shakespeare, costumava errar uma quantidade deles, em meio às risadas dos colegas.” (p. 449) Fica-me bem claro, na passagem, que o narrador borgesiano está pensando em um passado cumulativo ocidental moderno por meio do qual o sujeito-narrador acredita poder abarcar toda sua história e memória pregressas. Se nem ao narrador da tradição moderna, como o postulado por Borges, é dado tal poder de totalidade, quando se trata de uma memória de caráter totalizante, o que se esperar desse sujeito e, por extensão, dessa memória, quando lembramos que muitas outras memórias subalternas ficaram de fora desse arquivo moderno? Nem a memória subalterna é uma soma aleatória; fazem parte de sua desordem única suas sensibilidades biográficas e locais, suas zonas obscuras e sombrias, que foram obscurecidas pelo clarão luminoso das memórias vindas dos centros, ou melhor, suas zonas *fronterizas* que foram sumariamente esquecidas pelas memórias modernas, por entenderem que assim elas melhor autenticavam sua presença na cultura das memórias anfitriãs. Se no projeto moderno as memórias subalternas herdaram a prática de repetir nos trópicos uma memória declinada nos moldes gregos e latinos, por outro lado e ao mesmo tempo, sua condição de periférica fez com que esta memória treinasse o ouvido para *rememorar* sua canção balbuciada por entre as fissuras de um colonialismo memorialístico global. Rememorar aqui é mais do que *aprender a desaprender* (Mignolo): aprende-se a desaprender a lição (modelo) da memória moderna imperial e, ao mesmo tempo, por meio de um fazer\lembrar\esquecer, funda a epistemologia de uma memória específica da zona *fronteriza*. Quero entender que da parte do sujeito da memória subalterna, não há

nenhum motivo para “risadas”, já que seu ouvido fora por demais treinado para repetir à exaustão a memória alheia, a ponto de quase se esquecer de lembrar-se de suas específicas memórias. Mais uma vez, ocorre uma reversão de valores: se *involuntariamente* o sujeito de uma memória subalterna estava condenado a lembrar da memória moderna da tradição, por outro lado, *voluntariamente* punha em prática o exercício do não-esquecimento de sua memória\história. A primeira prática autentica uma memória da ordem da ficção, enquanto a segunda reforça uma memória voltada para o lócus geoistórico cultural de um sujeito subalterno com uma história local específica. (Explicando melhor: Com o embate proposto entre a memória subalterna e a memória moderna constatou-se que, se, por um lado, aquela memória está condenada a lembrar *involuntariamente* dessa memória, e isso devido a um ranço hegemônico e castrador imposto no ocidente do interior para o exterior, como forma de reforçar e autenticar tão somente sua interioridade; por outro lado, a memória subalterna faz questão de lembrar-se *voluntariamente* de sua própria história/memória para mantê-la viva dentro dos escombros, restos e esquecimentos *aleatoriamente* empurrados para a margem da civilização ocidental moderna, que *nunca se esquece de nada*(?))

*Depois de uns trinta dias*, quando a memória do morto já o animava e a obra encontrava-se renovada para ele, o herdeiro da memória de Shakespeare compreendeu “que as três faculdades da alma humana, memória, entendimento e vontade, não são uma ficção escolástica. A memória de Shakespeare não podia revelar-me outra coisa que as circunstâncias de Shakespeare. É evidente que estas não constituem a singularidade do poeta; o que importa é a obra que executou com esse material inconsistente.” (p.450). Pensando nos “direitos epistêmicos”(Mignolo) que embasam o pensamento descolonial, a passagem supracitada me faz lembrar (e ao mesmo tempo contrapor-se a ela) que há comunidades no mundo que foram privadas de suas “almas” e, por conseguinte, de sua memória. A “linha epistêmica” de base do pensamento descolonial tem nos mostrado que os privilégios do homem branco, na América do Sul, fundamentados na história e nas memórias de pessoas de ascendência europeia estão, neste início de século, sendo revelados e discutidos, por serem tomados pela crítica acerca das memórias subalternas como inaceitáveis (Mignolo). Tal prática crítica descolonial vem contrapor-se, inclusive, a uma política do esquecimento acerca das histórias/memórias locais latinas que imperou nos trópicos. Como forma de retirar as memórias locais de um estado letárgico e sombrio de esquecimento, sobretudo do olhar imperial e castrador da memória da tradição

ocidental e moderna, as memórias subalternas da América Latina revelam-nos, entre outras questões, as circunstâncias sociais, políticas e culturais nas quais elas se encontravam dentro da história do pensamento ocidental. E, diferentemente do que postula Hermann Soergel na passagem, tais circunstâncias constituem, sim, parte significativa da *singularidade* do que se entende conceitualmente por América Latina neste século XXI. As memórias subalternas da América Latina, entendidas como reveladoras de suas circunstâncias e como um “material inconsistente”, ou até mesmo como um “instrumento”, contribuem para uma refundação de uma conceituação outra de América Latina (obra), já que sua identidade cultural e sua “identidade em política” estariam baseadas em suas próprias histórias\memórias locais. Os “direitos epistêmicos” de natureza pós-colonial mostram-nos que está ocorrendo, especificamente nos lugares periféricos, um ato de desobediência epistêmica que afeta o estado, a economia e a educação, permitindo, por conseguinte, uma reinvenção da memória subalterna latina nos trópicos. Nesse tocante, é no mínimo curioso perceber e constatar que a literatura latina nos ajudou pouco, para não dizer quase nada, posto que internamente\textualmente ela ainda faz questão de reforçar um modelo memorialístico eurocêntrico e americano. Por outro lado, quero acreditar que um discurso de intelectuais ameríndios, bem como uma literatura ensaístico-ficcional que emerge daí, têm provocado de dentro desse lócus periférico, rechaçando, assim, esses velhos modelos estéticos, memorialísticos, literários e, principalmente, críticos, de base moderna.

86

Sob o fio da navalha da epistemologia *fronteira* pós-colonial, as memórias subalternas latinas lutam por sua própria *sobrevivência*, já que “todas as coisas querem perseverar em seu ser” (Borges), e, por conseguinte, sabem, temem e lutam com o espectro da memória hospedeira, vinda do outro lado do atlântico, que nunca as deixa, assombrando-as mesmo que de forma fantasmática. A condição crítica de *hostipitalidade* (Derrida) das memórias subalternas é uma forma *consciente* (não *gentílica*) de dizer obrigada, mas não *aceitamos mais a memória de Shakespeare*.

P.S. 2015 – Apesar das inumeráveis memórias outras que me visitaram nesses últimos meses, especialmente enquanto pensava neste texto, não deixei de ser eu nem muito menos de ter por certo que sabia contornar as especificidades de minhas memórias locais *fronterizas*, vividas por mim na infância, independentemente de me lembrar delas ou não. Na vigília sou o professor da disciplina Memória e Narrativa na Universidade; mais do que manusear, leio

muito as memórias fabricadas de Borges, leio o que me cai nas mãos sobre crítica biográfica pós-colonial, além de redigir pequenos ensaios como este. Se na aurora não sei quem sou, no crepúsculo tenho domínio das rédeas da fronteira onde me situo, assim como do meu imaginário: vi um homem cego sentado num bolicho da fronteira de Dourados com Pedro Juan Caballero e não tive como não ver nele a figura do velho Borges. Perguntei a alguns *atravessadores* da fronteira o motivo de continuarem a atravessá-la desde quando me conheço por gente, ao que me responderam em portunhol, misturado com guarani, que tal condição de *atravessadores* era a condição suspensa na qual estavam ancoradas suas vidas. Paro por aqui, mas sei que me continuarão a surpreender as autênticas memórias dos subalternos campesinos, dos andariegos da fronteira, dos vaqueiros do pantanal, das putas de Sanga Puytã, a memória cultural guardada nos Bugres de Conceição, na poética ervateira de Serejo e nos poemas crioulos de Lobivar, assim como o canto desesperado do urutau tem o poder de me reclinar para um passado vivido por mim que, sem nostalgia, permite minha inscrição como sujeito da fronteira-sul da qual *eternamente* farei parte, mesmo depois de minha morte.

8 de setembro de 2013

87

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La frontera: the new mestiza*. São Francisco: Aunt Lute Books, 2007.

BORGES, Jorge Luis. A memória de Shakespeare. In: *Obras completas III*, volume 3. São Paulo: Globo, 2000. p.444-451.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago y MENDIETA, Eduardo (Editores) *Teorías sin disciplina: (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debates)* <http://ensayo.rom.uga.edu/critica/teoria/castro/> s.p.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSFOGUEL, Ramón (editores) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

DERRIDA, Jacques & DUFOURMANTELLE Anne. *Da hospitalidade*. Trad. de Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade *em* política. Cadernos de Letras da UFF. Dossiê Literatura, língua e identidade, nº 34, p.287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NOLASCO, Edgar César. A razão pós-subalterna da crítica latina. In: CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIS: pós-colonialidade. Campo Grande: Editora UFMS, Vol. 5, N. 9, Jan. /Jul. de 2013. p. 9-22.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. Trad. de Mário Quintana. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1982.